

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2006  
(Da Senhora Vanessa Grazziotin)**

Solicita ao Senhor Ministro de Estado do Controle e da Transparência informações sobre o direcionamento em processos licitatórios e irregularidades em convênios, detectados pela fiscalização realizada pela Controladoria Geral da União – CGU, junto ao governo do Estado do Amazonas.

**Senhor Presidente,**

Com fundamento no Art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito de V.Ex<sup>a</sup>. que seja encaminhado a Controladoria Geral da União - CGU o seguinte pedido de informação.

Matéria publicada no jornal “A Crítica”, caderno A3, do dia 13 de abril de 2006, sob o título “Inspeção no Amazonas constata irregularidades”, denuncia a prática de atos irregulares no uso de verbas federais repassadas ao Governo do Amazonas, constatada pela CGU, na segunda etapa do Programa de Fiscalização dos Estados, nas áreas de Cultura, Comércio, Serviços, Trabalho e Previdência Social, no período de 2001 a 2005, envolvendo um total de R\$ 101,645 milhões de recursos .

Foram detectadas irregularidades em processos licitatórios para aquisição de produtos, dispensa de licitação e cobrança indevida de mensalidades em curso de mestrado, envolvendo convênios celebrados com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Turismo.

O jornal informa que o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego e Renda, repassou à Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania (SETRACI), entre junho de 2004 e fevereiro de 2005, R\$ 562,5 mil para implantação de políticas de emprego no Estado e, além de exclusões dirigidas na disputa, foi verificada a contratação, por meio de dispensa de licitação, de empresas que possuem os mesmos proprietários.

A denúncia envolve ainda a aquisição de produtos de laboratório, sem licitação; a obrigatoriedade de pagamento de mensalidades em projeto de “Mestrado em Telecomunicações”, cujas despesas constavam do plano de trabalho referente ao convênio; além de outras irregularidades em curso de pós-graduação em “Engenharia Elétrica com ênfase em Telecomunicações” e em “Automação”.

A matéria informa ainda que a CGU rejeitou as justificativas do



0AA964D554

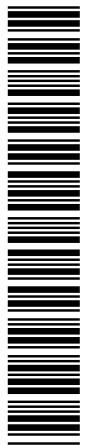
Governo do Amazonas, na gestão de Amazonino Mendes e de Eduardo Braga, sobre as irregularidades mencionadas.

Diante da relevância dos fatos denunciados, envolvendo irregularidades na gestão de recursos públicos, solicito:

1. Especificar quais foram as irregularidades comprovadas pela CGU, na fiscalização realizada junto ao Governo do Estado do Amazonas, informando o posicionamento dessa Controladoria sobre as justificativas apresentadas pelos gestores responsáveis.
2. Informar quais providências foram adotadas pela CGU com vistas à punição dos responsáveis pelos atos repugnados.
3. Informar o estágio em que se encontram os processos referentes à punição dos gestores responsáveis pelos atos irregulares.
4. Cópia dos relatórios da fiscalização de recursos públicos, realizada no Governo do Estado do Amazonas, referente ao período de 2001 a 2005.

**Sala das Sessões, 25 de abril de 2006.**

**Deputada Federal Vanessa Grazziotin  
PCdoB/AM.**



0AA964D554